



Interpretação ambiental e participação comunitária: o caso do plano interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Environmental interpretation and community participation: the case of the interpretative plan of the Abrolhos Marine National Park

Gustavo Uchôa de Mello-Affonso, Daniel Durante Pereira Alves,
Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto

RESUMO: Esta pesquisa é um estudo de caso, cujo objetivo é realizar um diagnóstico qualitativo do caráter participativo do processo de elaboração do Plano Interpretativo (PI) do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Brasil, o qual foi elaborado entre os anos de 2017 e 2018. Para tanto, foram utilizadas três fontes de evidência: documentação, observação assistemática, e entrevistas semiestruturadas, realizadas no mês de abril de 2022. Dentre os entrevistados, estão servidores do ICMBIO que coordenaram o processo e colaboradores locais representantes das treze instituições participantes da elaboração do PI. A perspectiva teórica escolhida para análise dos dados coletados foi a educação ambiental (EA) crítica, que forneceu a chave avaliativa aqui utilizada: quanto mais uma prática reflete os princípios da EA crítica, mais ela será capaz de transformar valores sociais e de enfrentar os problemas planetários da atualidade. Os resultados mostram que a atividade de interpretação ambiental (IA) tem ganhado destaque dentro do ICMBIO na medida em que há aumento da visitação em Unidades de Conservação (UCs) e há preocupação com os impactos ambientais gerados pelos turistas. Ademais, foi constatado que a gestão da UC em questão tem grande mérito na elaboração deste PI, pois criou a oportunidade e estimulou o engajamento dos participantes no processo. Além disso, foi unanimidade nos relatos que todos os participantes se sentiram ouvidos, com liberdade e espaço para se colocarem nas oficinas. Contudo, notou-se que faltou uma melhor compreensão dos participantes das oficinas de elaboração do PI sobre a IA. Também consensual foi a percepção de que dois dias para as oficinas foi pouco, e que se faria necessário o envolvimento de mais pessoas da comunidade local no processo. Constatou-se também falha no pouco retorno sobre os resultados oferecidos aos colaboradores locais. A equipe do ICMBIO que coordenou as oficinas utilizou uma metodologia direcionada ao envolvimento emocional, focada em “provocações”; ela foi, por isso, bem avaliada pelos participantes. Todavia, constatou-se que a sensibilização obtida como resultado do processo foi pontual e efêmera. Nosso principal diagnóstico é que, ao não vincular o PI a um caráter educativo mais profundo, conforme os princípios da EA crítica, perdeu-se a oportunidade de estimular os participantes a questionar mais direta e profundamente certos valores e princípios da sociedade. Isso de modo a contribuir para a um maior esclarecimento e engajamento dos sujeitos em transformações estruturais exigidas pela busca de soluções para problemas ambientais atuais, na perspectiva da transição para sociedades sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Interpretativo; Unidades de Conservação; Processo Participativo; Educação Ambiental Crítica; Sociedades Sustentáveis.

ABSTRACT: This research is a case study, whose objective is making a qualitative diagnosis on the participatory character of the elaboration process of the Interpretive Plan (IP) of the Abrolhos National Marine Park, Brazil, which was carried out between 2017 and 2018. Three sources of evidence were used: documentation, unsystematic observation, and open semi-structured interviews, conducted in April 2022. Among the interviewees, there are ICMBIO employees who coordinated the process, and local collaborators representing the thirteen participating institutions. The theoretical perspective chosen for the analysis of the collected data was the Critical Environmental Education (EE), which provided the evaluative key used here: the more a practice reflects the principles of critical EE, the more it will be able to transform social values and face the present planetary problems. The results show that the environmental interpretation (EI) activity has gained prominence within ICMBIO as there is an increase in visitation in Conservation Units (CUs) and in the concern about the environmental impacts generated by tourists. Furthermore, they demonstrate that the UC management has great merits for the realization of this IP, for having created the opportunity to carry it out and engaging the participants. In addition, it was unanimous in the reports that all participants felt heard, with freedom and space to put themselves in the workshops. However, it was noted that there was a lack of a better understanding of the participants in the EI workshops. Also consensual was the perception that two days of workshops was not enough, and that it would be necessary to involve more people from the local community in the process. There was also a lack of feedback on the results offered to employees. The ICMBIO team that coordinated the workshops used a methodology aimed at emotional involvement, focused on “provocations”; therefore, it was well evaluated by the participants. However, it was found that the awareness obtained as a result of the process was punctual and ephemeral. Our main diagnosis of the case is that, by not linking the IP to a deeper educational character, according to the principles of critical EE, the opportunity to encourage participants to question more directly certain values and principles of society was lost. This in a way of contributing to a greater clarification and engagement of the subjects on the structural transformations that our current environmental problems require.

KEYWORDS: Interpretive Plan; Protected Natural Areas; Participatory Process; Environmental Education; Sustainable Society.

Introdução

O ponto de partida mais básico da abordagem que motivou a realização desta pesquisa e orientou as análises e reflexões a seguir é o reconhecimento cada vez mais generalizado de que, apesar dos muitos e importantes benefícios que o processo civilizatório ocidental nos legou, ele se funda em determinados valores e práticas que têm se mostrado danosos, que não apenas entendem a Natureza exclusivamente como uma fonte submissa e inesgotável de recursos aos nossos projetos, como também entendem a si mesmos como valores e práticas superiores aos de diferentes culturas e tradições, vistas como desvios atrasados em relação ao processo civilizatório “racional e inevitável”. Disso decorre a premissa fundamental deste trabalho, a de que para resolvermos as cada vez maiores e mais urgentes dificuldades ambientais e sociais atuais são necessárias ações educativas emancipadoras e transformadoras, capazes de nos modificar de um modo mais profundo e assim nos ajudar a sair da perigosa espiral em que nos encontramos enquanto civilização, antes que seja tarde demais.

Há muitos exemplos na literatura de reflexões que embasam esta postura, como Acosta (2019, p. 26), para quem o desequilíbrio socioambiental atual só será superado quando novos valores e modos de organização social forem “*pensado[s] e organizado[s] a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza*”.

Claro que uma proposta tão ampla e ambiciosa como a implementação dessa educação transformadora tem incontáveis aspectos, dimensões, etapas e práticas que merecem a atenção de pesquisadores das mais variadas áreas do saber. Esta pesquisa é a nossa pequena contribuição para esta tarefa. Com ela queremos entender um pouco melhor, através do estudo de um caso específico, de que modo as unidades de conservação (UC) com algum apelo turístico podem contribuir como focos de disseminação de um tipo de educação ambiental (EA) que tenha o potencial transformador que almejamos. Mais especificamente, ao pesquisarmos o modo como ocorreu a participação popular na elaboração do Plano Interpretativo (PI) do Parque Nacional Marinho (PARNAMAR) dos Abrolhos, queremos, além de relatar este processo, avaliar se a proposta de Interpretação Ambiental (IA) resultante deste modelo participativo de implementação tem mesmo potencial para fomentar uma Educação Ambiental Crítica transformadora e emancipadora.

As UC no Brasil, em especial os Parques Nacionais (PARNA), têm por obrigação compatibilizar a conservação da natureza com seu uso público, como estabelecido pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (BRASIL, 2006) e pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000). Tais obrigações são fundamentais, pois necessitam da elaboração de atividades para a sensibilização dos visitantes em seu território, como a própria IA, mas também a EA e o ecoturismo.

A referência teórica sobre a IA mais influente aqui no Brasil são os trabalhos de seu precursor, Freeman Tilden. Ele a definiu como “*uma atividade educacional que visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, de experiências de primeira mão e de materiais ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar fatos*” (TILDEN, 2007, p. 30). Como pressuposto da IA, é notável que Tilden tenha incluído o envolvimento do participante na problemática socioambiental da região geográfica em questão, como observado por Pedrini (2019). É por meio dessa perspectiva, ampliada pelas lentes da EA crítica, que a IA será entendida aqui Como discutido por Mello-Affonso *et al.* (2022), ao relacionarem atividades de IA e ecoturismo em UCs, os autores constataram que, para que a IA seja um fator de transformação de valores sociais – obrigatórios na atual crise da humanidade –, ela precisa ser sustentada pelos princípios e diretrizes da EA crítica, constituindo-se assim, como um instrumento da EA Crítica. Isso porque a EA se configura como uma ferramenta estratégica para o enfrentamento da crise civilizatória e dirigida a mudanças de valores, princípios e atitudes, conforme preconiza o Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (BRASIL, 2012).

Além de entenderem o aspecto comunicativo dos recursos naturais,

Mello-Affonso *et al.* (2022, p.20) compreendem que a IA pode possibilitar um olhar crítico das pessoas sobre o mundo, devendo “*incluir efetivamente as comunidades locais no processo de elaboração de planos interpretativos*”.

Para maior familiarização, consideramos que o Plano Interpretativo é a materialização de projetos de interpretação ambiental em UC. O ICMBIO o entende como um documento para orientar o desenvolvimento de meios e serviços de IA e que considera a missão da instituição, os objetivos de criação da UC, os significados e características dos recursos protegidos e os interesses dos diferentes públicos (ICMBIO, 2018a).

Nesse sentido, parte do movimento ambientalista já entendeu que uma estratégia conservacionista eficaz inclui atuar em conjunto com as populações locais. Colchester (2000, p.237), inclusive, afirma que “*os conservacionistas têm começado a perceber que o plano de proteção de espécies e habitats, mais frequentemente, não dão certo se as dimensões sociais são ignoradas ou se as comunidades locais são marginalizadas*”.

Quanto à IA no cenário brasileiro, o SNUC prevê que a atividade dentro das UCs, e, por meio do Art. 4º n. XII, determina “*favorecer condições e promover a educação ambiental e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico*” (BRASIL, 2000, p. 10).

Nesse contexto, os resultados de um estudo com turistas na Antártica sugerem que, por meio de uma combinação de IA, diretrizes operacionais, e esforços voluntários, a Associação Internacional de Operadores de Turismo da Antártica e seus operadores membros podem educar os turistas sobre questões importantes para a conservação da Antártida, e influenciar positivamente as atitudes e comportamentos dos turistas em relação à conservação do ambiente (POWELL *et al.*). Esta conclusão indica que uma atividade de IA planejada pode desenvolver significativos benefícios conservacionistas e socioambientais.

De acordo com a perspectiva de Neiman (2007), as atividades de lazer planejadas para provocar um reencantamento do ser humano com a natureza podem ajudar a revelar os equívocos presentes na ordem econômica, política e cultural estabelecida e contribuir assim para uma transformação do paradigma social dominante. Isso é essencial para a transformação da consciência e dos comportamentos das pessoas, reforçando o caráter educativo dessas atividades quando realizadas em conjunto com a natureza.

Apesar de escassos, alguns estudos e propostas de atividades de IA e EA no ecoturismo em UCs marinhas vêm sendo realizados. Segundo Berchez *et al.* (2007), a EA marinha precisa de modelos educacionais bem definidos e testados, baseados em um conceito de EA holística, transformadora e multidisciplinar, para gerar um impacto emocional intenso e de grande ganho de conhecimento crítico para a maioria dos praticantes. Já Pedrini *et al.* (2010) apresentou uma proposta de EA para Sociedades Sustentáveis no Parque Estadual da Ilha de Anchieta, o projeto “EcoTurisMar”. Neste, os resultados provaram ser possível estimular a sensibilização dos visitantes, incluindo aquisição de novos conceitos e posturas para uma percepção adequada das questões propostas através do

ecoturismo.

Dessa forma, para que se pense em transmitir informações aos visitantes de UCs e, ao mesmo tempo, promover sensibilização, conscientização e propiciar reflexão crítica aos visitantes, é preciso que haja um levantamento prévio dos aspectos importantes da UC, para que os materiais informativos sejam elaborados de modo a provocar a reflexão dos visitantes, tem que ter um caráter investigativo. Assim, pensar este planejamento como uma estratégia de fortalecimento de relações de diversos setores da sociedade civil² é de extrema importância, pois permite uma riqueza de perspectivas e objetivos, às vezes até contraditórios. Isto além das diferenças de valores e culturas, que ao dialogarem podem propiciar o fortalecimento de processos democráticos.

Nessa perspectiva, estudos demonstram a importância do envolvimento da comunidade local, seja através da gestão participativa em UCs (LIMONT; FISCHER, 2012), seja nas estratégias de implementação de IA, como propostas por Fallon e Keiwoken (2003) e Ximenes (2015). Neste último caso a autora atenta que processos educativos coletivos e dialógicos fortalecem o pressuposto que os processos participativos devem ocorrer desde o planejamento até o monitoramento e avaliação do programa de IA, garantindo, assim, a cidadania plena.

Considerando a gestão participativa de UC, para Limont e Fisher (2012, p.45), "*participar significa ser parte de, compartilhar com, intervir em, se envolver*". O conceito de participação, para os autores, "*está relacionado com assumir responsabilidades, exercer a cidadania, construir ações junto com o outro, se dispor a um diálogo aberto, respeitar a diversidade, exercitar a consciência reflexiva e a capacidade de viver e agir de forma autônoma*" (LIMONT; FISHER, 2012, p. 45). Ainda segundo eles, apesar da participatividade ainda ser algo a ser aprendido e melhorado, o surgimento dos espaços participativos em UCs favorece a conservação dos recursos naturais e a melhoria nas condições de vida das pessoas (LIMONT; FISHER, 2012).

O que se busca, nesse sentido, é justamente uma democracia ativa; uma democracia representativa na ideia de um corpo social forte e atuante, aparecendo em um primeiro plano assentado na coletividade, ou seja, na condição efetiva de se organizar coletivamente. É nessa perspectiva que este trabalho utiliza, como base conceitual, o Tratado de Educação Global para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (BRASIL, 2012), pois considera que este se inspira numa educação que afirma valores e ações contribuidoras para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Além disso, ele estimula a formação de sociedades justas socialmente e equilibradas ecologicamente, mantendo entre si relação de interdependência e diversidade, e requerendo responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário (BRASIL, 2012).

A participação social no contexto das UCs brasileiras é fortalecida, dentre outros meios, através do PNAP (BRASIL, 2006), que considera a inclusão social e a promoção da cidadania na gestão das UCs, buscando o desenvolvimento social, em especial das populações do interior e dos arredores de UCs (BRASIL, 2006). Apesar de desafiador, o processo de

elaboração de PIs pode ser enquadrado e entendido como uma ótima oportunidade para se colocar em prática esta participação e inclusão social nas tomadas de decisão e nos processos que envolvem as UCs.

Nesse contexto, apesar de ainda serem poucas UCs que têm PIs, a IA vem ganhando certo destaque institucional ligado ao cumprimento da missão do ICMBio de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Como um dos resultados dessa movimentação, o PARNAMAR dos Abrolhos teve seu PI finalizado em 2018 (ICMBIO, 2018a), e foi moldado nos avanços e experiências de outros dois PIs na Amazônia. Contudo, um dos diferenciais é que o PI em questão foi desenhado exclusivamente por uma equipe do ICMBio, contando com a participação da comunidade local, a qual foi representada por atores colaboradores dos três setores da sociedade.

Dessa forma, diante do que foi apresentado, o foco deste estudo é o processo de elaboração da ferramenta de IA, a qual se materializa por meio dos PIs em UCs. Tomamos como pressuposto que a participação da sociedade nos processos de decisão em geral, e nas UCs em particular, bem como a conscientização de todos os atores, são pontos fundamentais para as mudanças paradigmáticas que a busca por soluções dos atuais problemas ambientais exige. Assim, esta pesquisa entende a necessidade do fortalecimento de ferramentas que aproximem a sociedade, e a população do entorno das UCs, dos seus processos e gestão, como consta no documento “Diretrizes para Visitação em UC” (MMA, 2006). Logo, nossa ênfase está nos atores locais que participaram do processo de elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, uma UC federal brasileira, por meio de oficinas, junto ao órgão gestor da unidade – no caso, o ICMBio³.

Portanto, este artigo é um estudo de caso sobre a participação comunitária na elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos. E teve como objetivo realizar um diagnóstico qualitativo do caráter participativo do processo de elaboração do PI PARNAMAR dos Abrolhos, realizado entre os anos de 2017 e 2018, a partir da percepção dos envolvidos. Para isso, este artigo será dividido em três seções: (1) contextualização do histórico e da instituição da interpretação ambiental no Brasil até a elaboração do Plano Interpretativo do PARNAMAR dos Abrolhos; (2) análise da percepção dos envolvidos na elaboração do plano interpretativo do Parque a respeito do seu processo participativo; e (3) análise da capacidade do Plano Interpretativo de criar oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica dos participantes.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

Localizado no mar territorial brasileiro, sobre a plataforma continental leste, no trecho pertencente ao estado da Bahia, e em sua porção extrema sul, o PARNAMAR dos Abrolhos está inserido na região geopolítica Nordeste (IBAMA, 1991). Sua área de abrangência oceânica possui 91.300 ha subdivididos em dois polígonos: o maior engloba o Arquipélago do Abrolhos e o Parcel dos Abrolhos, e o menor, os Recifes das Timbebas

(MMA, 2003). Enquanto o primeiro localiza-se a 70 quilômetros ao leste do município de Caravelas, o segundo situa-se a cerca de 14 km entre os municípios de Prado e Alcobaça (ICMBIO, 2018a). A região ao redor do Parque é formada por um mosaico de ambientes marinhos, costeiros e terrestres, e é reconhecida por abrigar a maior biodiversidade marinha da porção sul do Oceano Atlântico, cerca de 1.300 espécies (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2022)⁴, as quais, segundo a Conservação Internacional (2022), estão espalhadas pelos ecossistemas do território: recifes de coral, fundos de algas calcárias, manguezais, praias, restingas, florestas tropicais, mussunungas, vegetação aluvial, entre outros.

O Parque ainda possui o título de área úmida de relevância internacional; é um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; e está situado na região do Patrimônio Mundial da Humanidade da Costa do Descobrimento (ICMBIO, 2018a). Em termos de atributos, os que melhor o definem são sua biodiversidade marinha, ilhas, paisagens e os aspectos histórico-culturais associados (ICMBIO, 2018a). Em relação ao arquipélago, ele é formado por cinco ilhas: Santa Bárbara, Redonda, Siriba, Sueste e Guarita. Entretanto, apenas a primeira está excluída dos limites do Parque, por estar sob jurisdição da Marinha do Brasil.

Apesar de toda relevância do ecossistema e da biodiversidade do território do Parque e sua importância, a região sofre disputas judiciais que ameaçam sua conservação. A Zona de Amortecimento⁵ (ZA) do PARNAMAR dos Abrolhos teve sua anulação confirmada pelo IBAMA em março de 2022 (BRASIL, 2022). Segundo Eduardo Camargo, coordenador-geral do Projeto Baleia Jubarte, com o fim definitivo da ZA, toda a região e entorno perdem uma importante ferramenta de proteção e gestão, deixando o meio ambiente desprotegido e trazendo vulnerabilidade para as principais atividades econômicas da região: ecoturismo e a pesca artesanal (OECD, 2022).

É importante considerar que, apesar do PI ter sido direcionado para o PARNAMAR dos Abrolhos, desde fevereiro de 2020 as duas UCs federais do território – PARNAMAR dos Abrolhos e Reserva Extrativista (RESEX) do Cassurubá - passaram a ser geridas pelo NGI Abrolhos (BRASIL, 2020). Isto é, a gestão administrativa tornou-se integrada para ambas UCs, como também os conselheiros muitas das vezes podem ser os mesmos dentro das duas estruturas.

Na Figura 1, que representa as delimitações das UCs Marinhas do extremo sul da Bahia, é interessante notar que há uma espécie de “mosaico” de UCs, no qual elas fazem fronteiras umas com as outras, inclusive havendo sobreposição, no caso da RESEX do Cassurubá e APA Ponta da Baleia.

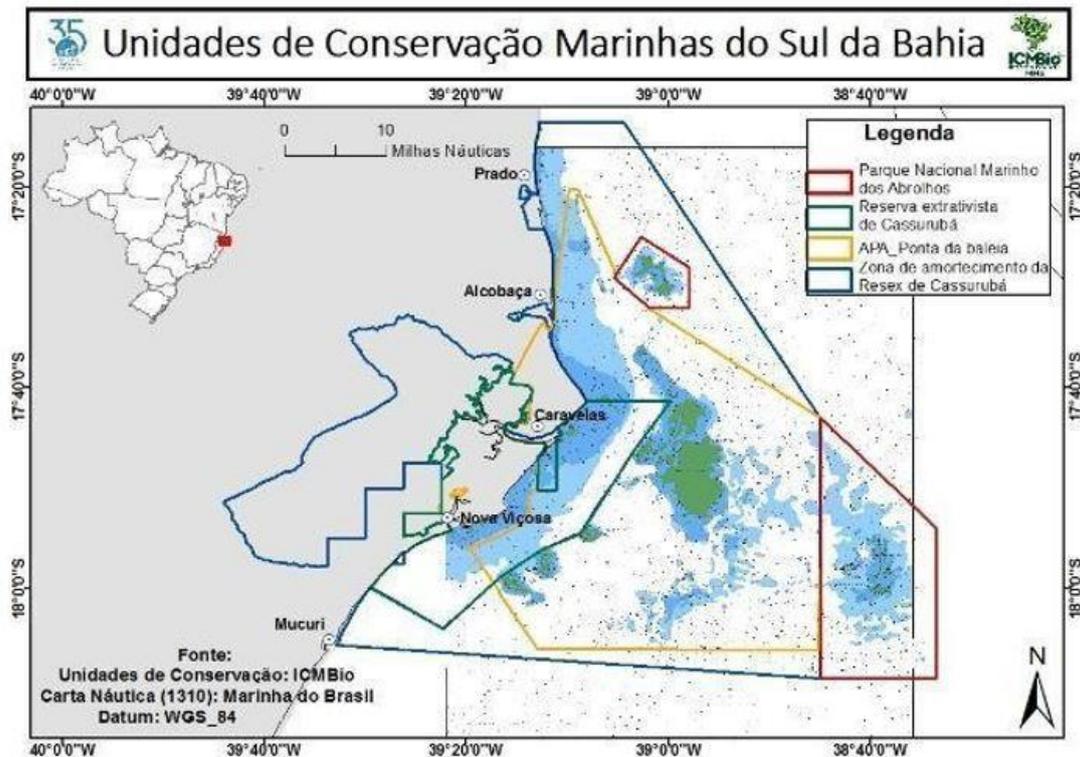


Figura 1: Mapa das Unidades de Conservação Marinhas do Sul da Bahia, contendo o PARNAMAR dos Abrolhos e a RESEX do Cassurubá. Fonte: acervo ICMBIO.

Figure 1: Map of the Marine Conservation Units of Southern Bahia, containing the PARNAMAR of Abrolhos and the RESEX of Cassurubá. Source: ICMBIO collection.

Conceituação e procedimentos

Este estudo de caso, que utiliza métodos qualitativos de coleta e análise de dados, utilizou três fontes de evidência: documentação, observação assistemática, e entrevistas semiestruturadas. Um diferencial deste tipo de pesquisa é incluir vozes dos participantes, reflexão dos pesquisadores e a contribuição para mudanças (CRESWELL, 2014). Ademais, permite investigação para fortalecer as características holísticas e significativas dos eventos reais (YIN, 2001).

Em relação às documentações utilizadas, foram considerados documentos institucionais relacionados tanto à IA quanto ao PARNAMAR dos Abrolhos: decretos; Plano de Manejo⁶ do Parque (PM); Plano de Uso Público do Parque (PUP); diretrizes para visitação em UCs, documento do ICMBio com conteúdo e conceitos básicos sobre IA; documento do plano interpretativo do Parque; relatoria da oficina do PI do Parque, entre outros.

Quanto ao período de observação assistemática, este se iniciou em janeiro do ano de 2021 e se estendeu até janeiro de 2022, e aconteceu no território de inserção do Parque, Caravelas, onde se situa o Centro de Visitantes da UC. Esse município é o local de moradia dos servidores do ICMBio e de grande parte de seus parceiros institucionais, bem como onde ocorrem as saídas embarcadas com turistas para o Parque.

Esse tipo de metodologia é mais utilizado em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle elaborados de forma antecipada (MARCONI; LAKATOS, 2003). Destaca-se que esse foi apenas um dos métodos utilizados para aquisição de dados, cujo objetivo foi aproveitar e sistematizar o conhecimento obtido através de experiências casuais dos pesquisadores na área, sem determinar aspectos relevantes a serem observados e os meios para isso.

Para atingir o principal objetivo do trabalho, as entrevistas foram essenciais para compreender a percepção dos envolvidos e, a partir disso, para emergir o diagnóstico qualitativo. Para esclarecimento, as oficinas de elaboração do PI contaram com a presença institucional do ICMBio e de colaboradores locais que representaram instituições parceiras do Parque (Figura 2). Participaram dos encontros a equipe técnica ampliada de IA, vinculada à CGEUP do ICMBio, contendo três servidores públicos; o gestor do Parque na época; além de diversos colaboradores representando treze instituições parceiras do Parque. Dentre elas, Instituto Baleia Jubarte; Conservação Internacional; Movimento Cultural Arte Manha; Câmara Técnica de Turismo da Costa das Baleias; Secretaria de Turismo de Caravelas; Secretaria de Cultura de Caravelas; Empresas Autorizadas para Visitação Comercial no Parque; Condutores de Visitantes do Parque; Conselheiros do Parque; RESEX Cassurubá; Natura Ecoturismo; Rede Abrolhos; e Universidade Federal do Sul da Bahia.

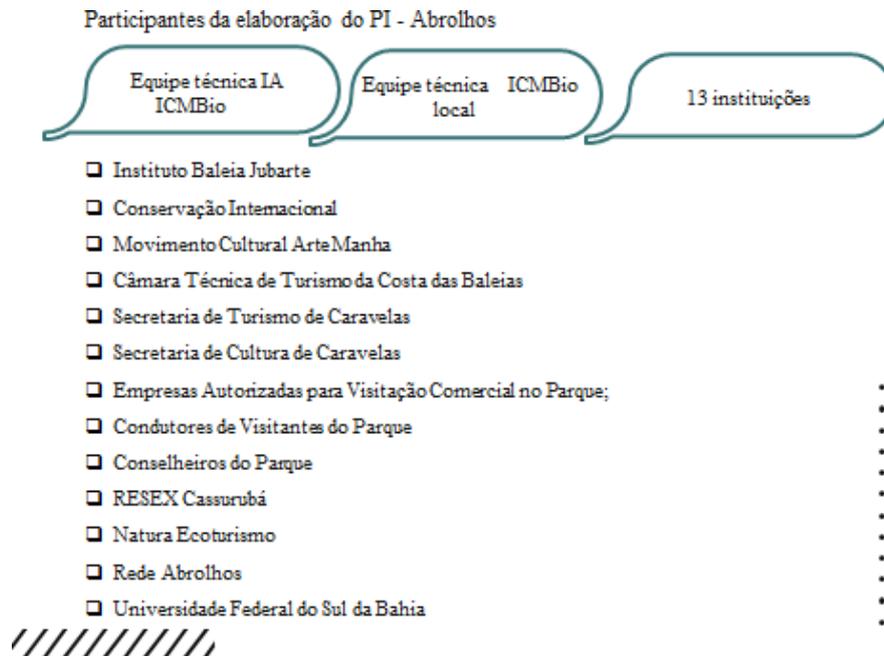


Figura 2: Participantes da elaboração do Parque dos Abrolhos.
Figure 2: Participants in the development of the Abrolhos Park

Foi utilizada, então, uma amostragem intencional dos envolvidos e optou-se por dividir as instituições/organizações que participaram da oficina e que ajudaram na elaboração do PI, entre os três setores da sociedade, apenas como meio de organização de coleta de dados, não tendo nenhuma intenção de separar os resultados por esses setores. Esta seleção dos interlocutores se deu pelo critério de participação direta e pela

relevância deles na elaboração e na participação no processo, segundo critérios indicados na literatura (BAUER; GASKELL, 2002), juntamente com a indicação destes atores pelo gestor do Parque na época do processo de elaboração do PI.

A inclusão dos três setores da sociedade ocorreu da seguinte forma: foram escolhidos dois representantes do primeiro setor, dois do segundo, e três do terceiro; considerando ainda que pelo menos um dos atores de cada setor teria que ser uma pessoa nativa do local. Ademais, escolheram-se dois representantes institucionais do ICMBio: o gestor do Parque na época da oficina do PI e um representante institucional da equipe técnica ampliada de IA do ICMBio, que atuou na facilitação das oficinas. No total foram nove entrevistas (Figura 3). Neste artigo, quando tratarmos de "ICMBio", significa dizer que os dados vieram dos dois entrevistados dessa instituição.

ABRIL																													
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
ICMBio				1o setor				2o setor				3o setor																	

Figura 3: Organização das entrevistas.

Figure 3: Organization of interviews.

As entrevistas ocorreram no mês de abril do ano de 2022 e tiveram duração de cerca de 45 minutos cada; os dados coletados foram armazenados em um gravador e em anotações manuscritas. As perguntas foram feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas foram acrescidas de perguntas de esclarecimento (LAVILLE; DIONE, 1999). Quanto à realização, as entrevistas se dividiram entre presencial e remotas, respeitando a ausência de alguns entrevistados que se encontravam fora do território de pesquisa, ou que, mesmo estando presentes no território, optaram pela entrevista remota e tiveram suas vontades respeitadas.

A perspectiva teórica escolhida para análise dos dados coletados foi a Educação Ambiental (EA) crítica, proveniente da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (BRASIL, 2012), que forneceu a chave avaliativa aqui utilizada: quanto mais uma prática reflete os princípios da EA crítica, mais ela será capaz de transformar valores sociais e de enfrentar os problemas da atualidade. Nos balizamos pelos princípios da EA crítica, considerando que esta se direciona para a desconstrução de um senso comum de ecologia e EA apolítica, moralista e comportamental, importante no caminho da transformação social (DE LUCA; LAGAZZI, 2016).

Assim, o que nos importa mais neste trabalho é a proximidade do PI com os princípios da EA crítica. Isto é, em relação à questão da participatividade, nos interessa saber se o processo de elaboração do PI foi democrático no sentido de contemplar os atores necessários; se houve oportunidades para eles serem ouvidos; se ocorreu participação dos mesmos no processo de decisão; e se foi criado o sentimento de pertencimento ao território.

Quanto à questão da oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica, buscamos entender se o processo incentivou as pessoas a pensarem, a se questionarem, a desnaturalizar

coisas que parecem óbvias, e a se indignarem com aquilo que é contra a vida. Caso assim tenha sido, finalmente, compreender se o processo foi capaz de expandir a consciência socioambiental e a sensibilização ecológica e social das pessoas participantes.

Para tratar os dados coletados, realizou-se a produção de material de análise que derivou das entrevistas realizadas. Isto possibilitou aprofundar a compreensão quanto à percepção dos entrevistados sobre as oficinas do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, com o intuito de entender o que foi falado pelos participantes (MORAES, 2003).

Assim, adotou-se a análise textual discursiva (ATD) como método de análise: as entrevistas individuais foram separadas em cinco etapas, conforme Moraes (2003). Foram elas: 1) Unitarização: separar os textos em partes e criar unidades de significados (categorias); 2) Categorização: reunir as unidades de significados semelhantes; 3) Descrição; 4) Interpretação; e 5) Argumentação. Inclusive, algumas categorias foram criadas antes das coletas de dados, mas houve maior clareza dessas unidades de significados após as entrevistas, no processo de unitarização dos textos, sendo criadas novas categorias.

Desta forma, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas individualmente. Foi feita, então, uma seleção de categorias previamente determinadas, que contemplavam ideias mais gerais do que se esperava interpretar das coletas de dados: informações gerais; sobre a participação; sobre a sensibilização; e, ideias para o futuro.

Certamente que, ao juntar os trechos incluídos em cada categoria e tê-los como textos contínuos, foram percebidas conexões, informações e novos *insights* importantes, e o surgimento de uma compreensão renovada do todo, que ajudou na interpretação final dos dados.

Como reflexo, acabaram por serem divididos em novas categorias (emergentes) para melhor compreensão dos dados coletados, assim sendo: a) sobre as motivações para a participação na elaboração do PI, b) representatividade, c) sobre a quantidade de dias, d) engajamento, e) sobre o sentimento de pertencimento; e oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento da consciência crítica, subdividida em a) ICMBio e b) Colaboradores. Assim, foi possível selecionar e incluir trechos em cada categoria conforme a leitura se desenvolvia.

Resultados e Discussão

Contexto histórico e institucional da IA no Brasil até a elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos

O PARNAMAR dos Abrolhos foi criado em 1983; porém, somente oito anos depois de sua criação, em 1991, foi concluído seu Plano de Manejo (IBAMA, 1991). Neste documento, houve aparição da IA, que culminou, quase duas décadas depois, no desenvolvimento do PI do Parque dos Abrolhos. Este intervalo temporal, apesar de longo, tem um contexto institucional que envolve a IA nos anseios dos objetivos das UCs no país. Afinal, as ações voltadas para IA no ICMBio foram fortalecidas nos últimos anos; como resultado, três PIs foram elaborados para UCs federais distintas,

dentre eles o PI dos PARNAMAR dos Abrolhos.

No entanto, para que haja uma real noção do contexto do PI do Parque dos Abrolhos, é preciso, antes, fazer um resgate do processo de desenvolvimento institucional da IA no Brasil, no âmbito dos órgãos públicos competentes. Dessa forma, a ideia desta seção é fazer um breve relato histórico sobre a evolução da IA contida nos principais documentos legais que nortearam a atividade no Brasil, e mostrar as circunstâncias que estão ao redor do PI do PARNAMAR dos Abrolhos.

Nesse contexto, a primeira aparição formal da IA relacionada a UCs aparece no Regulamento de Parques Nacionais, mais especificamente no decreto 84.017, de 21 de setembro de 1979 (BRASIL, 1979). Naquela época, a nomeação ainda não era IA; utilizava-se apenas “interpretação” ou “interpretação da natureza”, sendo uma atividade a ser realizada nos Centros de Visitantes dos Parques Nacionais ou mesmo ao ar livre, em trilhas, mirantes, entre outros locais.

Em 1991, foi desenvolvido o PM do Parque dos Abrolhos, cujo propósito geral é de “preservar ambientes naturais e os recursos genéticos” e ao mesmo tempo facilitar pesquisa científica, a EA e proporcionar recreação (IBAMA, 1991, p. 53). Nesse documento, a IA aparece como um dos objetivos específicos para a zona primitiva⁷ do Parque: “proporcionar temas de pesquisa científica, monitoramento, educação ambiental, interpretação ambiental e recreação, sem qualquer interferência no meio” (IBAMA, 1991, p. 54). Na divisão dos “Programas de Manejo”, as atividades foram reunidas por grupos de afinidades, cabendo então ao PUP estar responsável pelo “Subprograma de IA”, juntamente com os subprogramas de i) Recreação e Lazer, ii) EA e iii) Relações Públicas.

Como objetivos e resultados esperados, o Subprograma de IA ficou responsável por: proporcionar aos visitantes maior compreensão do meio ambiente e suas inter-relações, tornando as visitas mais agradáveis e proveitosas; fazer com que os visitantes compreendam as razões das práticas conservacionistas e pelas quais a área é um PARNA; promover o entendimento das pessoas sobre o papel conservacionista do órgão ambiental; conscientizar o visitante sobre a importância do meio ambiente; e aumentar o respeito dos seres humanos pela natureza (IBAMA, 1991). Para além, o Subprograma também anunciou uma série de ações e atividades de IA a serem lançadas na UC, como passeios interpretativos em ilhas, organização do CV e exposições, produção de material interpretativo, além de elaborar o Plano de Uso Público (PUP) do Parque criado em 2003, o PUP tem como objetivos preparar o Parque para o uso do público, de forma que ficasse garantida a conservação de seus recursos naturais e histórico-culturais; houvessem estratégias de sensibilização; fosse proporcionado maior conhecimento da UC e de seus objetivos conservacionistas; e garantisse retorno de benefícios para as populações locais (MMA, 2003). Ele ainda indicava a intenção de aproximar as pessoas locais, que habitam o redor do Parque, com as atividades da UC relacionadas ao uso público, dentre elas a atividade de IA.

Nesse contexto, três anos antes do PUP ser elaborado, as áreas

naturais protegidas brasileiras passavam por uma grande reformulação que acarretaria mudanças significativas na maneira como o país iria lidar com suas UCs a partir de então. No ano de 2000, foi criado o SNUC (BRASIL, 2000); uma de suas características exclusivas foi a divisão das UCs em dois grupos, por sua vez subdivididos em doze categorias que distinguem seus objetivos entre si: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Como demonstrado por Creado e Ferreira (2011), o SNUC foi o resultado de um acordo entre o posicionamento de duas bases ideológicas conservacionistas: (1) a centrada na manutenção da biodiversidade, seja no enfoque sobre espécies ou ecossistemas; e (2) a centrada na defesa dos direitos de grupos sociais ou povos, afetados, direta ou indiretamente, pelas Unidades de Conservação; sobretudo os categorizados como populações tradicionais.

Aqui é importante mencionar que, apesar de algumas dessas categorias incluírem educação, visitação e lazer, mesmo que dependendo de autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, a única categoria que prevê formalmente a IA dentro de seus limites, no documento oficial do SNUC (BRASIL, 2000), é o PARNA, reforçando a relevância de se estudar a atividade de IA nesse tipo de UC.

Sob um contexto de crescimento elevado em visitação de áreas naturais no mundo, e reconhecendo que o Brasil tem um forte potencial territorial para este tipo de turismo em UC, e ainda no intuito de reforçar os objetivos do SNUC, o MMA⁸ lança, em 2006, as “Diretrizes para Visitação em UC” (MMA, 2006). Esse documento estabeleceu as diretrizes e normas para que as atividades de visitação sejam realizadas de maneira adequada, objetivando orientar ações de planejamento, gestão e implementação da visitação em UCs. Nesse cenário, o MMA finalmente estabeleceu uma definição nacional para IA: “*uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local*” (MMA, 2006, p. 10).

Dentre as diretrizes gerais deste documento (MMA, 2006), há uma que indica a promoção e fortalecimento da participação, e a corresponsabilidade dos atores interessados no planejamento e gestão da visitação, ou seja, inclui a comunidade local, entidades representativas recreativas, operadoras de turismo e associações locais. Existe também a que promove a parceria da UC com os três setores da sociedade civil (MMA, 2006), e outra para “*envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos*”, o qual deve ser elaborado por equipe multidisciplinar (MMA, 2006, p. 17). Nesse processo, o ICMBio deve ser a instituição responsável por incluir a comunidade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos, incentivando a formação de parcerias entre as UCs e os atores locais, no sentido de participação na tomada de decisões quanto ao que se refere às atividades de visitação.

Ainda considerando as Diretrizes para Visitação em UCs, em 2008⁹, o ICMBio passou a reconhecer legalmente profissionais de UCs para desenvolver atividades de IA com os visitantes. O condutor de visitantes

passa a ser um profissional que precisa ser cadastrado pelo órgão gestor da UC; ser capacitado e responsável pela condução em segurança dos visitantes. Já em 2016¹⁰, essa normativa foi atualizada, exigindo que o ICMBio estimulasse a formação continuada dos profissionais de condução, incluindo princípios de IA.

Seguindo a agenda institucional do ICMBio, no intuito de melhores práticas para UCs, a IA aparece nas diretrizes para o manejo dos impactos da visita estabelecidas no “Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visita” (ICMBIO, 2011). Esse documento é reflexo de uma conjuntura onde a visita e os impactos ambientais em UCs estão aumentando, e assim, considera a IA como um dos elementos norteadores das diretrizes para o manejo dos impactos da visita (ICMBIO, 2011).

Avançando na história, foi a partir de 2012, através da parceria do ICMBio com o Serviço Florestal dos Estados Unidos, que foram realizados diversos eventos de capacitação e cursos para servidores no tema da IA (ICMBIO, 2018b). Nesse contexto, o ano de 2016 foi bastante significativo para a IA no Brasil, quando o ICMBio estabeleceu uma equipe específica para trabalhar e desenvolver a IA nas UCs do país, chamada de “equipe técnica ampliada de interpretação ambiental”. Essa equipe é vinculada à Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP) e composta por dez pessoas, “com o objetivo de fortalecer e institucionalizar a interpretação do patrimônio protegido pelas unidades de conservação federais como ferramenta de comunicação e sensibilização da sociedade” (ICMBIO, 2018b, p. 66).

Adiante, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e pelo ICMBio, foi publicada, em 2018, uma abordagem inicial sobre IA, buscando inserir e desenvolver a temática em UCs federais. Foi definido que os objetivos interpretativos seriam divididos em três âmbitos: intelectual – oferecer o saber; emocional – oferecer a crença e o sentimento; e comportamental – estimular o fazer (ICMBIO, 2018b). Essa divisão se refere à informação, sensibilização e ação dos visitantes, formando a base ideológica dos PIs do ICMBio.

Nesse documento (ICMBIO, 2018b), foram estabelecidos conceitos institucionais para a IA, definida como “*um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido*” (ICMBIO, 2018b, p. 66). Também se determinaram cinco diretrizes que norteiam o conceito da IA no Brasil, cujo propósito é “sensibilizar a sociedade quanto à importância da conservação da natureza e das áreas protegidas” e “melhorar a qualidade da experiência do visitante e qualificar a visita com fins educacionais” (ICMBIO, 2018b, p. 69). Assim, segundo o ICMBio, a IA se torna “*uma ferramenta poderosa de sensibilização porque fala direto ao indivíduo e procura criar uma empatia e identificação pessoal entre o público e aquilo que queremos proteger*” (ICMBIO, 2018b, p. 9)¹¹.

Nesse cenário, o ICMBio elaborou três PIs para UCs federais no Brasil: o PI da Floresta Nacional do Tapajós e o PI do PARNA de

Anavilhanas, que foram unidades piloto para a elaboração de PI, com a participação da equipe técnica ampliada de IA dentro do processo de institucionalização da IA no ICMBio. Contudo, esses processos foram coordenados pela equipe do Serviço Florestal dos Estados Unidos (ICMBIO, 2018b); enquanto isso, o PI do PARNAMAR dos Abrolhos foi o primeiro PI elaborado exclusivamente pela equipe do ICMBio. Sua finalidade é orientar o desenvolvimento de meios e serviços de IA que possibilitem que a experiência de conhecer o PARNAMAR dos Abrolhos vá além do impacto da maravilhosa paisagem local (ICMBIO, 2018a).

O processo de elaboração do PI do PARNAMAR Abrolhos ocorreu entre os anos de 2017 e 2018; além de ter sido realizado, exclusivamente, pelo ICMBio, ele contou com a presença de colaboradores locais. Segundo um servidor do ICMBio, *“o entusiasmo e sentimento de pertencimento em relação ao Parque, despertados por estes processos de discussão, já estão dando frutos e muitos mais virão a partir da implementação deste Plano Interpretativo”* (BRASIL, 2018a).

Esse processo de elaboração se iniciou em junho de 2017, e seus produtos foram implementados em julho de 2018, tendo o processo participativo acontecido por meio de duas oficinas nos dias 12 e 13 de setembro de 2017 (ICMBIO, 2018a). A lista dos envolvidos na elaboração do plano possui uma gama heterogênea de parceiros, explicitados na parte metodológica do trabalho; por isso, entender melhor esse processo é o motivo chave deste trabalho. Para Murta e Goodey (2002), por exemplo, os planos de IA com a participação da comunidade vêm se tornando uma praxe pela necessidade de o planejamento proteger e desenvolver um sentido de lugar, de transmitir seus valores, sua ecologia e sua história às novas gerações.

O conceito de IA considerado no PI do PARNAMAR dos Abrolhos foi o mesmo que a equipe técnica de IA considerou, ou seja, *“um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido”* (ICMBIO, 2018b, p. 66). Ademais, esse PI surgiu diante de uma oportunidade enxergada pela gestão local da época do PARNAMAR dos Abrolhos, a partir do curso de IA e Excelência no Atendimento ao Visitante com os condutores do Parque, em 2017, o qual será mais bem esclarecido na próxima seção.

Diante deste resumo histórico, que envolve a IA e a visitação nas UCs do Brasil até o surgimento do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, percebe-se a importância da IA para os objetivos das UCs, em especial para os PARNAs. Percebe-se também a intenção e o foco no desenvolvimento institucional da IA, considerando que até uma equipe técnica especializada foi criada para tratar do tema.

Finalmente, os PIs são os produtos mais atuais e desenvolvidos desse processo todo; compreendê-los é a forma mais adequada de seguir evoluindo dentro desse processo. Além disso, escutar os participantes colaboradores dele é o melhor e mais democrático método para estarmos mais próximos de uma visão local e pessoal do objeto estudado; é o que veremos a seguir.

Percepção dos participantes a respeito do processo da elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos

O foco do objetivo 2 deste trabalho esteve na participação das pessoas nos processos do PI voltado para UC de proteção integral em questão. Isto é relevante, porque utilizar os conhecimentos das pessoas locais, como fizeram Schumacher e Rodrigues (2020), é uma alternativa para valorização cultural e conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo que promove o turismo como uma atividade geradora de impactos positivos e a participação, inclusive.

Reforçando essa ideia, conforme Ximenes (2015), todo o processo do programa de IA tem que ser participativo para que a ação educativa não esteja somente na atividade fim da IA, mas também no planejamento enquanto ação pedagógica. Isso deve ser garantido através da participação de diversos setores da sociedade, de forma a envolvê-los nos processos decisórios, garantindo efetivamente a participação da comunidade local em todo processo.

Essa visão confirma a notoriedade que a população local deve ter na elaboração de PIs, além da mensagem final dos produtos destinados aos visitantes. Nesse sentido, a importância de “participar”, para Limont e Fischer (2012), significa uma constante busca pela emancipação do sujeito; significa ser autor da própria história e exercer o papel de cidadania. Por fim, os autores apontam que esse processo depende de uma série de fatores, sobretudo a questão ideológica: as pessoas envolvidas precisam querer transformar a realidade não participativa que estão acostumados. Afinal, a comunidade normalmente não partilha as responsabilidades e o poder; ainda é preciso muito esforço para alcançarmos esta prática de gestão participativa institucionalizada.

Para melhor ordenar os resultados, esta seção foi dividida em cinco partes: a) sobre as motivações para participar da elaboração do PI; b) representatividade; c) sobre a quantidade de dias; d) engajamento; e) sobre o sentimento de pertencimento. Algo fundamental a ser esclarecido nesta seção é que todas as informações apresentadas nesta etapa (2) e na seguinte (3) foram extraídas das falas das pessoas que participaram do PI: tanto os servidores do ICMBio, representados pela gestão da UC na época e pela equipe técnica ampliada de IA, quanto os representantes de instituições colaboradoras do Parque, como descrito nos métodos do trabalho.

Para este artigo, foram realizadas seleções, ligações, contextualizações e interpretações próprias das falas dos sujeitos pesquisados, de modo a compor a unidade deste trabalho. Todavia, procurou-se manter a voz e o teor originais dos sujeitos pesquisados, muitos dos quais estão citados literalmente entre aspas, outras no texto corrido.

a) Sobre as motivações para participação na elaboração do PI

Segundo o ICMBio, a participação social é uma premissa da instituição e das UCs, até mesmo para metas de desempenho institucional: números de conselhos formados, reuniões ordinárias, aproximação da

sociedade pelo programa de voluntariados etc. Foi por meio dessa perspectiva participativa que a equipe técnica ampliada de IA do ICMBio se motivou para incluir as pessoas no processo. Constatou-se que esse grupo prima pela participação e acredita que ela é essencial em todas as frentes e processos de trabalho, para alcançar os diversos objetivos das UCs. Isso porque as pessoas locais conhecem o território, podem se engajar e desenvolver o sentimento de pertencimento.

Nessa perspectiva, ainda de acordo com a equipe técnica ampliada de IA, o PI é uma ótima oportunidade para engajar atores locais nas causas da UCs; é uma possibilidade, inclusive, das pessoas enxergarem a UC de outra forma. Contudo, o nível e a efetividade da participação local são muito dependentes da equipe local e de sua mentalidade. Isto é, ainda que as diretrizes gerais do ICMBio sejam homogêneas e estimulem a participação local, o engajamento social só vai mesmo funcionar se os profissionais da equipe técnica estiverem de fato comprometidos nisso.

A partir de 2012, após a formação e capacitação da equipe técnica ampliada de IA do ICMBio, os próprios servidores passaram a ministrar os cursos de capacitação para condutores em UCs. Nesse contexto, e em um processo habitual de formação de condutores locais para o PARNAMAR dos Abrolhos, a gestão da UC entendeu que um tema pertinente com a realidade local era sobre os princípios da IA. Um dos motivos é que havia uma cultura muito científica da maneira como a visitação era tratada no Parque; por isso, houve uma decisão para que ocorresse a qualificação para essa atividade.

Então, dado o fato de que a cultura local e as histórias dos povos tradicionais habitantes dos arredores do Parque serem historicamente pouco ou nunca abordadas, segundo um relato, foi falado que essas pessoas possivelmente criaram receio de expor as verdades de suas histórias afora. Em contrapartida, nesse PI, segundo a equipe técnica ampliada de IA, a ideia era deixá-los à vontade e estimulá-los para que contassem livremente o que queriam. Um dos argumentos da equipe técnica é que: “isso, por si só, já seria capaz de trazer um sentimento de pertencimento de um público que muitas vezes foi colocado de lado nesse processo”. Isso além do estímulo pelo fato de saberem que poderiam influenciar uma política pública, bem como ao entenderem que poderiam interagir com o ICMBio e com outros atores do território: “Outros, pelo simples fato de saberem que podem influenciar uma política pública já pode trazer esse sentimento. Outros que, entender que podem interagir com o ICMBio, com atores e tal. Isso por si só já pode criar esse sentimento (de pertencimento)”.

Assim, em 2017, a equipe técnica ampliada de IA do ICMBio foi convidada pelo PARNAMAR dos Abrolhos para promover um curso específico de IA que durou três dias, e que foi bem direcionado à realidade local. Nesse curso, foi percebida pela gestão do Parque uma oportunidade, tanto de disponibilidade de recurso institucional e de abertura do público participante (condutores de visitantes do Parque), quanto do interesse da gestão da UC em consolidar o processo por meio da criação de um PI para a UC. Isso serviria também, segundo a gestão local, como estímulo à transição para uma abordagem mais interpretativa e educativa da UC; foi aí, então, que surgiu o interesse e a oportunidade para a elaboração do PI do

Parque.

Após a constatação da possibilidade de realização por parte da gerência do Parque, deu-se início à preparação do PI. De forma geral, parte dos convidados e participantes, indicados pela UC, foram identificados nesse curso prévio de IA, além de membros e instituições que faziam parte do Conselho do Parque. Apesar de não ter sido uma obrigatoriedade, ou seja, fazer parte do Conselho não era pré-requisito para participar, a maioria dos entrevistados soube das oficinas e do PI via Conselho.

Buscando representatividade, houve encontros prévios às oficinas com os participantes, além de um preparo específico da equipe local. As oficinas práticas com os atores duraram dois dias e foram organizadas por área de trabalho (social/ambiental) e afinidade com o que cada um trabalhava. Como resultado formaram-se grupos de trabalho onde o objetivo era coletar subsídios, resultando em um documento que, após análise e aprimoramento por uma equipe específica, teve sua versão final compartilhada com os participantes. Em seguida, eles deram novas sugestões e, finalmente, o documento final foi compartilhado com o conselho da UC para aprovação.

Entretanto, foi detectado que existiam possibilidades de melhorias na parte prévia das oficinas, pois há certo distanciamento entre um convite e, de fato, demonstrar a relevância das pessoas nos processos. Apesar do consenso de que a gestão da UC na época do PI prezava pela informação ampliada e pela participação das pessoas – algo que facilitou a aproximação da comunidade com o Parque –, um dos entrevistados relatou: “parte desses processos não tem uma fase de convencimento tão efetiva, pois uma coisa é convidar, outra é mostrar para as pessoas a importância delas nesses processos, contribuir e ter sua comunidade representada nas informações e coisas assim”. E continuou: “acho que falta mais elaboração nesse diálogo junto das comunidades e tal”.

Considerando o contexto local, a cidade de Caravelas - BA, por ter poucas oportunidades profissionais, torna o ecoturismo uma das possibilidades econômicas da cidade. Por esse e outros motivos, pode-se dizer que, de forma geral, os atores participantes das oficinas e da elaboração do PI, dos primeiro, segundo e terceiro setores, relataram estarem animados e com boa expectativa em relação à possibilidade de participarem.

No entanto, é verdade que alguns atores que já estão no território há muito tempo sentem-se um pouco desestimulados e, de certa forma, menos empolgados; afinal, eles já presenciaram muitas ações que tiveram início e meio, mas que não tiveram continuidade. Segundo um entrevistado que já está no território há mais de duas décadas, “muita coisa passa por Caravelas”. Continuando: “Começa uma coisa, acaba o recurso e se desloca para outro local, afetando muito no engajamento das pessoas”. A constatação é que não há continuidade nas ações. “Aí depois de um tempo vem outra pessoa que quer fazer, mas aí começa do zero. Então isso desmotiva muito a gente, até de participar”.

Desse modo, é consenso a noção coletiva de que a participação

popular é primordial para qualquer ação que possa influenciar a sociedade. Entretanto, entende-se que alguns critérios são necessários para que essa participação ocorra, como a representatividade de grupos, coletivos, ou instituições do terceiro setor. Conforme um dos entrevistados, “é preciso uma representatividade ali, não dá para escutar cem pessoas”.

a) Representatividade

Incluir a representatividade das pessoas é tão importante quanto aproximar a sociedade e as instituições, para que as mesmas compreendam a importância do Parque e seus objetivos. Isso tem que ser uma “via de mão dupla”, ou seja, é necessário haver benefícios para todos os lados. Esse aspecto é muito significativo, pois, entre outros motivos, os conflitos no território têm sido diversos. Em relação a esse ponto, o estudo de Marques (2020) compreendeu os inúmeros conflitos ambientais que influenciam na territorialidade dos pescadores artesanais do complexo Caravelas e Nova Viçosa, território fronteiro com o PARNAMAR dos Abrolhos.

Essas são algumas das razões da resistência da sociedade quanto às ações da UC, que visa a conservação e preservação da natureza; contudo, houve um relato de que a resistência social vem diminuindo. Para um entrevistado, fazer a sociedade e as instituições compreenderem a importância do Parque é muito importante. Entretanto, segundo ele, “sempre houve resistência da sociedade, mas tem diminuído muito. Hoje, acho que tem um entendimento de que o Parque de Abrolhos é um gancho positivo”. Logo, parece haver um entendimento de que o Parque pode sim trazer algo de positivo para a comunidade, especialmente quando se trata de um trabalho diferenciado.

Além do exposto no parágrafo anterior, há uma necessidade e preocupação em trazer líderes mais jovens para estes processos, envolvendo e capacitando a juventude para se engajar nesses desafios. Segundo um relato: “estamos sempre falando para nós mesmos. Talvez, trazer gente mais jovem, talvez investir em outros líderes, e não ficar só naqueles líderes de comunidades que a gente conhece. Tem mais líderes por aí e achando eles a gente atrai mais gente”. Corroborando com isso, outra pessoa afirmou que: “quando faço oficina eu provoço os jovens a falarem do seu lugar, dos sonhos, do que é belo e de como enxergar o mundo”. Ainda, segundo ela: “temos que encher os espaços de boas ações que acontecem nos lugares”, pois “precisamos de mais lideranças jovens nesses processos”.

Portanto, ficou claro durante as entrevistas que as pessoas convidadas para participar do PI foram escolhidas porque tinham certo envolvimento com o Parque: atividades ligadas ao turismo, à conservação, à ciência, à marinharia e afins. Nesse sentido, pode-se entender que o PI estava representativo, se considerarmos as pessoas e as instituições que usam o Parque de maneira direta para suas atividades. Entretanto, as pessoas entrevistadas também sentiram falta da representação da comunidade tradicional mais próxima, como associações de moradores, pescadores e marisqueiras. Segundo um relato: “a gente podia envolver mais a comunidade, as associações, para gente tentar desenvolver um

plano mais elaborado e ver o que podíamos fazer para gente agregar eles no plano. E isso ajudaria também a promover o sentimento de pertencimento deles no Parque”.

Em relação ao parágrafo anterior, algo que foi ponderado é a importância de que esses representantes sejam legítimos, não os representantes políticos desses grupos, permitindo acreditar que há lideranças dentro desses grupos que não são tão efetivas quanto poderiam ser. Cabe ressaltar que os entrevistados sentiram falta da participação da Marinha do Brasil no processo. Ainda sobre a representação das associações locais, é preciso considerar que há uma RESEX no território próximo ao Parque.

Historicamente, essa coexistência é motivo para muitos conflitos socioambientais, uma vez que as duas UCs pertencem a grupos distintos (Proteção Integral *versus* Uso Sustentável), e possuem um histórico de criação conflituoso, conforme demonstra Barros (2017). Segundo essa autora, “*desta forma, apesar do Parque ser uma área oceânica, seus limites atuam como um cenário de disputa entre ações preservacionistas e atividades pesqueiras de comunidades tradicionais da região de seu entorno*” (p. 4). Isto é, o conflito que envolve os pescadores artesanais da região e o PARNAMAR dos Abrolhos é caracterizado pela disputa territorial e pelo uso dos recursos (BARROS, 2017).

Sobre as diferenças entre as UCs em questão, o Parque apresenta regras mais severas quanto à presença humana e não há permissão para uso e exploração dos recursos naturais. Em contraste, a regulamentação da RESEX permite que os beneficiários possam extrair, de forma sustentável e regulada, os recursos da UC, conforme previsto no SNUC (BRASIL, 2000). Assim, uma grande parcela da população da RESEX depende da pesca para extrair seus alimentos e para proporcionar renda para suas famílias.

Logo, a cultura local é bem voltada para a pesca e atividades afins; daí a opinião de alguns entrevistados de que as oficinas eram uma boa oportunidade para promover maior integração com os grupos tradicionais extrativistas. Vale lembrar que atualmente as UCs federais locais: PARNAMAR dos Abrolhos e a RESEX do Cassurubá fazem parte de uma gestão integrada – NGI Abrolhos.

Com base no que foi discutido, a constatação que fazemos aqui é que, mesmo que esse grupo de pessoas – os atores nativos locais compostos por uma comunidade tradicional que guarda na memória a cultura do território – não seja o foco das ações do PI, eles têm um entendimento territorial e regional que pode auxiliar em muitos temas; mesmo uma atividade lúdica que pode ser abordada numa visita. Este é, inclusive, um dos princípios da EA contido no Tratado de Educação Global para Sociedades Sustentáveis (BRASIL, 2012), que considera o dever da EA de recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história das culturas locais, bem como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Logo, entendemos que poderia haver maior inclusão de pessoas da comunidade nas oficinas, mesmo que não estivessem diretamente ligadas com o turismo no Parque.

No caso em análise, porém, foi constatado nas entrevistas que há uma parcela da comunidade mais resistente e que não participa de reuniões e eventos, mesmo sendo convidados. Muitos desses grupos locais não têm interesse em participar desse tipo de processo e ação, fato que não colabora para uma tentativa real de democracia e difusão do conhecimento. Em suma, não é possível atingir as metas de conservação e de sensibilização das pessoas se “estamos sempre falando com nós mesmos”, “porque são sempre as mesmas pessoas”, como relatou uma entrevistada.

b) Sobre a quantidade de dias

Houve diversas opiniões em relação ao tempo que foi disponibilizado para elaboração do PI. Apesar de considerar que os dois dias de oficina foram suficientes, a equipe técnica ampliada de IA do ICMBio propõe que o ideal é ter mais dias prévios às oficinas para que os participantes possam entender melhor o que é IA e o que é um PI. Segundo eles, isso ajudaria as oficinas a serem mais bem aproveitadas e eficazes para todos.

Nessa perspectiva, apesar de concordar com o tempo que foi disponibilizado, um dos entrevistados afirmou que deveria ter tido mais engajamento naquilo que todos se propuseram a fazer. Para ele, “muita coisa ficou parada”. Apesar disso, ele entende que há uma parcela de responsabilidade sobre eles mesmos em relação a isto: eles propõem uma coisa e, quando não são cobrados, deixam de lado. Muitas vezes, existe até um prazo, mas nem todos se engajam; segundo ele, isso “é algo normal quando se trabalha com muita gente, né?!”.

Para outro entrevistado, no momento das oficinas, ele considerou a quantidade de dias suficiente; porém, hoje ele percebe que faltaram outros encontros após aquele momento. Para ele, são necessários novos momentos para avaliar se o que foi proposto está indo bem e conforme o planejado. Enquanto isso, para um grupo de pessoas ouvidas, dois dias claramente não foram suficientes. Apesar de entenderem que o processo, como um todo, tenha sido bem “provocativo” – no sentido de estimular as pessoas a se engajarem e participarem, bem como de ter “provocado” uma sensação de que era possível fazer diferente do que faziam anteriormente, fazer algo melhor –, eles consideram que dois dias são insuficientes para abarcar tudo. Sobretudo, porque dois dias “é tempo para brotar o desejo, mas não é tempo para gerar aprendizado de verdade”, conforme a fala de uma pessoa que contesta o tempo para se trabalhar o componente educativo.

Algo que também precisa ficar claro é a decepção das pessoas quanto à continuidade do PI após as oficinas. Aqui é importante fazer uma ressalva, pois esta crítica, apesar de incluir o PI, extrapola para outros processos participativos do ICMBio que envolvem a sociedade, de forma geral. Isto é, embora tenha despertado um sentimento nas pessoas “de fazer”, um desejo de contribuir e um engajamento, foi falado que há certa insatisfação pela falta de continuidade. Algumas razões que levam às pessoas a deixarem de participar são as condições não favoráveis e a falta de tempo para estarem ali contribuindo – muitas não podem largar o trabalho para estarem presente. De qualquer forma, uma pessoa, que considerou

dois dias muito pouco relatou que: “na época a gente manifestou, como participantes, a necessidade de ter continuidade nesse processo, inclusive convidando parceiros a participarem de uma coisa mais continuada”.

De qualquer modo, os entrevistados não se lembram de outros encontros para tratar do PI, especificamente, depois das oficinas. Um deles chegou a falar que “teve engajamento forte durante a convivência dos dois dias, mas depois disso, infelizmente, esfriou a ponto de ficar esquecido”. Contribuindo com esta expectativa, para outro, “Talvez deversem ter provocado mais os debates, avaliações e revisões”.

Isso evidencia a descontinuidade do PI ou, pelo menos, a falta de interesse por parte dos envolvidos. Então, houve críticas quanto à falta de debates, avaliações e revisões pós-oficinas, pois era preciso uma continuidade devido à complexidade do tema. No entanto, existiu também o entendimento de que os próprios atores, no caso os membros do conselho do Parque, falham muitas vezes, quando se trata de não cobrar e não se movimentar.

c) Engajamento

Um dos critérios de avaliação da participação das pessoas no processo de elaboração do PI foi o engajamento que tiveram nos dois dias de oficinas; porém, esse engajamento foi percebido já antes dessas oficinas. Como já mencionado, o desejo da criação do PI surgiu após o engajamento e a empolgação que os condutores de visitantes manifestaram no curso de IA fornecido pela gestão do Parque.

Nesse sentido, houve certo consenso entre os entrevistados quanto à contribuição positiva em relação à motivação, à “provocação da equipe técnica ampliada de IA no processo do PI e nas oficinas quanto ao engajamento dos colaboradores”. Segundo um relato, “isso foi muito importante e interessante porque, geralmente, os órgãos governamentais precisam ser 'instigados' para fazer as coisas, mas foram eles que provocaram esse produto”.

Assim, percebeu-se que houve um grande engajamento da maioria dos participantes, mesmo dos atores que não eram condutores de visitantes do Parque; apesar de alguns terem engajado mais que outros. Um dos entrevistados foi além dizendo que “foi um momento até festivo, de empolgação, de pensar nas oportunidades”; logo, ficam nítidos a vontade e o interesse das pessoas em contribuir.

Em relação às pessoas que não estavam tão engajadas no processo, apesar da inexistência de relatos de não contribuição ou não participação, talvez elas tenham apresentado certas dificuldades com o tema. Outra possibilidade inclui as pessoas que não trabalhavam diretamente com o turismo, como é o caso das pessoas que trabalham com operação e manutenção de embarcações; esse pode ter sido um dos motivos para certo distanciamento ou pouco engajamento. Ainda, outra opção, que foi abordada na seção anterior, é o histórico de algumas pessoas terem certo receio de se abrir e externalizar o que pensam e sentem.

Por fim, um fator interessante em relação ao engajamento é o

sentimento de valorização das pessoas, que pode influenciar a dedicação pessoal de cada um. De forma geral, é evidente que as pessoas se sentiram valorizadas ao fazerem parte desse tipo de processo, por terem a oportunidade de colocar suas experiências “para fora”.

d) Sobre o sentimento de pertencimento

Intimamente conectada ao engajamento, a participação das pessoas nesses processos é importante para que elas conheçam melhor o lugar que habitam, as pessoas e as instituições locais, além de se apropriar desse lugar. Então, uma das características avaliativas do processo que envolveu a elaboração do PI do Parque foi o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao Parque e um empoderamento das pessoas com as questões relativas à UC.

É possível que o processo de elaboração do PI, ou mesmo somente as oficinas, tenha colaborado para que os participantes desenvolvessem algum sentimento de pertencimento ao Parque; ao menos ajudado no processo de percepção pessoal de que o Parque é de todos. “A participação das pessoas nesse PI pode ter provocado no lado profissional um orgulho maior por também fazer parte disso”: essa é a constatação de um dos entrevistados, que expressou sua percepção quanto à questão do sentir-se pertencente ao Parque dos participantes do PI.

Entretanto, de forma geral, os participantes consideram que tiveram oportunidade e abertura para se expressarem. Segundo eles, se sentiram ouvidos no processo, participando e colaborando com ideias de cunho pessoal e institucional para os objetivos do PI. Ainda segundo o relato de um deles, teve espaço para contribuições das particularidades, ou seja, cada um na sua área de atuação; por exemplo, os mergulhadores contribuindo para as trilhas submersas e os cientistas com seus conhecimentos e pesquisas.

Até mesmo a instituição que cada participante representa tirou proveito; um exemplo fornecido em uma das entrevistas foi uma parceria institucional, na qual um bolsista GEF MAR atuante no Parque foi inserido em um projeto socioambiental de uma ONG que promovia a ciência para alunos do Ensino Médio do município de Caravelas. Isso demonstrou a aproximação entre o Parque, as escolas e a comunidade.

Inclusive, algo bastante citado nas entrevistas, foram as técnicas usadas nas oficinas, pois a metodologia aplicada despertou o interesse das pessoas: conforme os relatos, ela era “provocativa”, no sentido de ajudá-las a terem mais oportunidade de expressarem o que “sentiam” em relação aos temas abordados, de participarem do debate e de se sentirem pertencidas na construção do PI. Uma das falas que comprova isto é que “esse grupo de trabalho (equipe técnica ampliada) tinha o cuidado de buscar lá dentro das pessoas essas informações, mesmo que através de dinâmicas que apresentassem diferentes possibilidades”.

Nesse sentido, um condutor de visitantes do Parque relatou que “após esse momento, de uma visão diferenciada da IA, eu mudei meu trabalho, aprimorei, por motivações coletivas e individuais, e usei parte do conhecimento ou das provocações para melhorar e fazer um serviço mais alinhado, especialmente voltado à parte de sentimento do que a

interpretação técnica científica”. Tal declaração demonstra o impacto positivo, como profissional, que o trabalho realizado durante as oficinas teve nessa pessoa, em termos de resultados.

Contudo, sob outra perspectiva, um entrevistado afirmou que apenas o PI não foi capaz de mudar a percepção das pessoas quanto ao ICMBio e ao Parque, tampouco de aproximar as relações entre as instituições. De acordo com a mesma, para que isso aconteça, é preciso que seja conduzido um processo mais amplo e continuado, considerando o PI como uma das “engrenagens” desse processo de aproximação entre as pessoas, o Parque e entre instituições locais.

Seguindo essa linha, outra visão crítica de um entrevistado, também não tão positiva, é que, “quando existem muitas pessoas envolvidas, as atividades não fluem, pois o processo fica menos dinâmico e com menos tempo para as pessoas se expressarem”. Em concordância com essa afirmação, apesar de entender a importância do evento, um entrevistado mencionou que “um evento desses é muito pouco, quando nada para mudar a concepção das pessoas”. O argumento dele é que, para que a comunidade comece a se sentir pertencente ao Parque, e não inimigos, é preciso um trabalho de longo prazo; essa perspectiva corrobora com a ideia de que o PI funciona como uma “engrenagem” do processo de aproximação das pessoas ao Parque e entre as instituições locais.

Oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica

Um dos pontos importantes desta pesquisa é analisar se o processo de elaboração do PI foi capaz de criar oportunidades de aprendizagens e de desenvolver a consciência crítica dos participantes durante o processo de elaboração do PI. Segundo Quintas (2004, p. 16) “*nesta concepção, o esforço da Educação Ambiental deveria ser direcionado para a compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada*”.

Assim, uma das metas deste trabalho é contribuir para a avaliação de se e como a EA pode ser um instrumento para a promoção das mudanças sociais que os problemas ambientais exigem. Visando isso, esta seção foi separada em (a) ICMBio, onde estão apresentados os resultados obtidos sob a visão institucional; e (b) Colaboradores, onde se encontram as opiniões dos colaboradores entrevistados – provenientes dos três setores da sociedade e que participaram do PI – sobre as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento crítico das pessoas.

a) ICMBio

Inicialmente e de forma breve, será descrita a diferença entre EA e IA na perspectiva do ICMBio, para logo esclarecer este ponto importante do trabalho. Assim, institucionalmente, há duas equipes separadas, segundo a equipe técnica: uma trabalha com a EA e outra com a IA, as quais são estratégias distintas e, formalmente, não estão vinculadas entre si. Nesse

sentido, segundo relatado, ambas as equipes vêm discutindo fortemente sobre suas temáticas e têm concluído que a EA é um processo, enquanto a IA é algo pontual, um momento; esta não precisa ser considerada um processo, apesar de haver indicação para que a IA seja trabalhada dentro do processo de EA, tornando a ação mais “rica” e “efetiva”.

Portanto, uma das motivações iniciais da IA, segundo a equipe técnica, seria: “como eu posso provocar aquele público naquele momento?”, configurando a IA como uma ferramenta que pode atingir o seu público. Aqui, o intuito é comunicar algo numa linguagem amena, para despertar a curiosidade das pessoas e sensibilizá-las por algo. Isto é, para o ICMBio, um dos propósitos do PI é fazer com que as pessoas “pensem”, “sintam” e “ajam”, como definido pela instituição.

Nela, os objetivos interpretativos foram divididos em três âmbitos: intelectual –oferecer o saber; emocional – oferecer a crença e o sentimento; e comportamental –estimular o fazer (ICMBIO, 2018b). Conforme a equipe técnica, “muito disto, sem dúvida, está totalmente alinhado com a EA” (p. 42), por isso um dos objetivos é sensibilizar as pessoas nas oficinas para que as mesmas saiam “provocadas” daquele momento: esta é a visão do ICMBio.

Ademais, a equipe técnica ampliada de IA entende que a ideia do PI é uma oportunidade para a sensibilização das pessoas, por causa do reflexo e da importância que isso tem na conservação de toda a região, além dos inúmeros benefícios que o Parque traz, tanto para a sociedade como para a biodiversidade. Isto é, através da IA, a UC revela e “comunica para as pessoas essa importância toda”, como relatado.

Todavia, como esperado, esse momento não foi visto pela equipe do ICMBio como um processo de educação profunda ou um momento de grande potencial de transformação das pessoas, apesar das oficinas “mexerem muito” com todos os participantes e terem um importante papel. Isso porque elas são vistas, sim, como um começo do processo de transformação, um início; ou melhor, como muito falado por todos nas entrevistas, “uma provocação”.

Ainda segundo o ICMBio, esses dois dias de oficinas ajudaram as pessoas a refletir sobre o todo; até porque, para que a mensagem final do produto interpretativo chegue ao visitante, é preciso que esses atores, participantes das oficinas, sejam sensibilizados também. Contudo, as observações e entrevistas de nossa pesquisa mostraram que os próprios participantes das oficinas reconhecem a necessidade de uma continuidade do processo para que os resultados sejam duradouros e transformadores.

b) Colaboradores

Como abordado anteriormente pela equipe técnica ampliada de IA, o parque tinha uma linguagem focada no aspecto técnico-científico, e os colaboradores entrevistados confirmaram que este trabalho de elaboração do PI trouxe uma visão “mais humanizada de receptivo e IA do Parque”, segundo um relato. Nesse ponto, para maior esclarecimento, o termo “receptivo”, muito utilizado no setor de turismo, traz a noção de receber os

visitantes. Dessa forma, transmitir o conhecimento científico de forma popular é fazer com que ele alcance às pessoas de forma mais oportuna: esse é um dos potenciais que os territórios das UCs possuem nos processos de reflexão, sensibilização e conscientização sobre as crises socioambientais planetárias.

Nesse sentido, Zaú (2014) ao refletir sobre a importância de alguns aspectos da biologia da conservação para se pensar o turismo sustentável e o ecoturismo – e ainda fortalecer a conservação das UCs –, afirma que “detalhar e difundir conhecimentos ainda restritos a determinadas áreas da Ciência, como a Ecologia e a Biologia da Conservação, é essencial para o adequado manejo e gestão do Turismo ambiental, visto ser essa uma temática multidisciplinar” (p. 294). Essa posição reforça a ideia de comunicar os conhecimentos científicos para as pessoas em geral, e reafirma a importância de uma linguagem menos técnico-científica da IA, no intuito de popularização da ciência.

Parte dos colaboradores entrevistados afirmou que o processo de elaboração do PI, de forma geral, foi capaz de tocar as pessoas, confirmando que as técnicas da equipe do ICMBio foram “provocativas” e voltadas para o âmbito dos sentimentos. Segundo um dos entrevistados, as técnicas “diferentes” do que as pessoas estavam acostumadas tornaram o processo dinâmico, participativo, integrado, e bem avaliado pelos participantes, que se sentiram estimulados não só racionalmente, mas emocionalmente também.

Esse estímulo emocional atingiu seu objetivo de incentivar os moradores locais participantes na valorização da UC para os turistas visitantes. Um dos entrevistados, por exemplo, mencionou que os participantes comentaram sobre se sentirem felizes por estarem em uma UC. Ademais, algumas pessoas também foram “tocadas” por isso, querendo mostrar para os visitantes que eles mesmos, as pessoas locais, são felizes por trabalharem no território do Parque, e gostariam que os turistas sentissem a mesma satisfação que eles.

Parece claro, a partir de nossas entrevistas, que o processo foi suficiente para sensibilizar as pessoas, mas não avançou muito, além disso. Isto é, ao estimularem os participantes a expressarem seus sentimentos e experiências, e ao escutarem o mesmo dos outros, as oficinas despertaram um senso de importância dos temas abordados. Contudo, as observações e entrevistas de nossa pesquisa mostraram que esta sensibilização é ínfima no sentido de transformações pessoais mais profundas, conforme preconiza na EA crítica.

Segundo um relato: “essa sensibilização é pontual, mas pode provocar uma abertura de processo, e aí sim um processo educativo. Mas o trabalho mesmo ali, no meu entendimento, é pontual, o de sensibilização”. Então, algo que pudemos inferir a partir das entrevistas com os colaboradores, é que o processo realizado na elaboração do PI teve um caráter de sensibilização pontual, momentânea; não uma educação mais profunda a ponto de se trabalhar os valores e princípios das pessoas.

Nas oficinas pouco se trabalhou os princípios da EA, “até pelo pouco

tempo que tivemos”, segundo um relato. Ainda em relação à questão educativa, segundo esta pessoa, o que foi visto foi um pouco dela não formal, ou seja, pensaram e trataram os temas de uma maneira não maçante, mas também com a oportunidade de os participantes repassarem o conhecimento e informação das oficinas para os visitantes, para que também se informassem.

Dentro dessa perspectiva, um entrevistado sugeriu que o PI deveria ter vindo do núcleo de EA do ICMBIO. Segundo ele: “é impossível pensar num processo desses sem pensar na multidisciplinaridade e na intercessão dessas polivalências”. Isto é, para ele, alguém do núcleo de educação poderia contribuir muito nesse processo, porque eles já conhecem na prática as teorias e as ferramentas de EA. Ele enxerga que a sua existência no processo de construção do PI foi algo indireto: “de repente foi feito de um jeito que não foi pensado chegar em tal lugar, como a EA faz, o que, talvez, a gente ganharia ao fazer relação de nexos e causas”.

Outro aspecto que chamou atenção foi a fala de um entrevistado mencionando que o trabalho de sensibilização nas oficinas estava mais voltado para os visitantes, ao dizer que “esse, sim, que está usufruindo (visitante), levar com ele pra onde for”. Esse relato ainda veio seguido de uma constatação de que “parte das pessoas que trabalham explorando o turismo em Abrolhos não se preocupam com processos educativos. Querem ganhar dinheiro com menos trabalho possível”.

Nessa linha, um plano de ação que consta no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global é de “garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações” (BRASIL, 2012). Se isso fosse levado em consideração, o PI poderia trazer bons resultados educativos para ferramentas de comunicação, tanto para os colaboradores do PI, mas também a mensagem final para os visitantes.

Então, para concluir esta seção, a impressão de alguns dos colaboradores entrevistados é que o processo de elaboração do PI deveria ter sido promovido pelo núcleo de EA do ICMBio. Segundo um colaborador do PI, “o núcleo de EA poderia contribuir muito (mais) nesse processo porque eles já conhecem na prática as teorias e as ferramentas de EA”. O argumento dele é que, se eles utilizassem as teorias e as ferramentas de EA, tanto no processo de elaboração do PI quanto no produto final, o PI estaria preparado para alcançar mudanças mais profundas e significativas nas vidas dos participantes e, conseqüentemente, da comunidade local. Isso fica nítido no relato seguinte: “De repente foi feito de um jeito que não foi pensado fazer isso para chegar em tal lugar, como a EA faz. Essa visão eu acho muito importante nesse processo e talvez a gente ganharia fazendo relação de nexos e causas”.

Considerações Finais

No intuito de alcançar resultados ambientais – sociais e ecológicos –, e crendo na hipótese de que o ser humano faz parte da natureza e é capaz de influenciar o futuro da crise planetária, este trabalho se atenta a uma escala social. Nesse sentido, estratégias e ferramentas que aproximam a sociedade das áreas protegidas e de seus processos decisórios se tornam o foco da pesquisa, pois consideramos que a participação da sociedade nos processos de decisão em UCs e a consciência ambiental desses atores são pontos fundamentais para mudanças paradigmáticas que necessitamos.

Assim, vimos que a IA vem ganhando certo destaque no setor de uso público de UCs federais e se materializando por meio dos PIs. Analisar como esta ferramenta vem sendo elaborada e apontar potencialidades para usos futuros foi uma das motivações para esta pesquisa. Desse modo, este estudo escolheu o caso o PI do PANAMAR dos Abrolhos para análise devido ao seu caráter pioneiro, sendo o primeiro PI realizado de forma autônoma pelo ICMBio e com a participação de colaboradores presentes no território do Parque.

Portanto, o objetivo geral foi fazer um diagnóstico qualitativo do caráter participativo do processo de elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, a partir da percepção dos envolvidos. Com base nas perguntas da pesquisa, as respostas que encontramos foram divididas de acordo com os três objetivos propostos.

Primeiramente, de forma geral, o estudo demonstrou que o aumento da visitação turística em UCs no Brasil, junto com a preocupação do impacto negativo que isso pode causar à área, fez com que diversas medidas institucionais fossem adotadas pelo ICMBio. Essa movimentação institucional ocorreu no intuito de atender essa demanda dentro das áreas naturais protegidas brasileiras. Além disso, observamos que esse processo que envolve a IA no Brasil é relativamente recente: sua aparição foi em 1979, no Regulamento de Parques Nacionais; desde então, vem sendo considerada dentro de documentos legais e normas institucionais que orientam ações dentro das UCs.

No ano de 1991, foi elaborado o PM do PARNAMAR dos Abrolhos e, na divisão dos Programas de Manejo, coube ao Plano de Uso Público ficar responsável pelo “Subprograma de Interpretação Ambiental” no Parque, no qual consta que a IA deve atuar como um ato libertador e de descoberta de novos valores. Contudo, apenas em 2006 foi que o MMA estabeleceu uma definição nacional para IA no documento “Diretrizes para Visitação em UC” (MMA, 2006).

Dentre essas e outras diretrizes gerais, há indicação para a promoção e fortalecimento da participação, além da corresponsabilidade dos atores no planejamento e gestão da visitação, que inclui os três setores da sociedade civil, além de envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos. Logo, incentiva a formação de parcerias entre as UCs e atores locais, no sentido de participação da tomada de decisões quanto ao que se refere a atividades de visitação.

Percebemos também que o Roteiro Metodológico para o Manejo de Impactos da Visitação, do ano de 2011, foi um importante passo no processo de edificação da IA no país. O documento é reflexo de uma conjuntura em que a visitação em UCs tem aumentado e os impactos negativos ambientais (sociais e ecológicos) também. Nesse contexto, emerge a necessidade de medidas que promovam maior equilíbrio entre visitação e impactos; assim, a IA se torna um elemento fundamental para a diminuição dos impactos dessa visitação, junto com a EA crítica.

A partir de 2012, através de parceria entre ICMBio e Serviço Florestal dos Estados Unidos, aponta-se que as atividades de IA apareceram no cenário do ICMBio. Como um dos resultados, em 2018, foi publicado um documento com uma abordagem inicial sobre a IA, buscando inserir e desenvolver a temática em UCs federais. Nele, foram estabelecidos conceitos institucionais e diretrizes que norteiam o conceito da IA no Brasil, tendo a IA como uma ferramenta institucional para sensibilização de visitantes das UC, de sensibilização para a instituição.

O conceito de IA ficou bem focado na questão estratégica de comunicação das questões ambientais, históricas e culturais, no intuito de provocar conexões entre o público e o patrimônio protegido em questão. Além disso, as diretrizes direcionaram o conceito de IA para sensibilização das pessoas e para a conservação da natureza e das UCs, bem como foco em melhorar a qualidade da experiência da visitação com fins educacionais. Surgem, então, dois Planos Interpretativos em UCs amazônicas, e o terceiro, referente ao PARNAMAR dos Abrolhos, sendo o primeiro a ser elaborado pela equipe do ICMBio em conjunto com colaboradores locais.

Em segundo lugar, ao analisarmos mais de perto o PI do PARNAMAR dos Abrolhos, no objetivo dois deste trabalho – com foco em olhar e ouvir as pessoas que participaram do processo –, algo que precisa ser reconhecido como um ponto positivo foi o pioneirismo da ação pela gestão local da UC. Como resultado, ela se tornou a primeira UC federal brasileira a realizar, de forma autônoma um PI, e com a participação da sociedade. Organizar uma ação de forma participativa, com colaboradores da UC, instituições, representantes da comunidade e pessoas de todos os setores da sociedade civil, juntas em prol de um objetivo e de uma política pública de uma UC, é algo que precisa ser bem relevado e exaltado.

O cenário para a construção deste PI era muito favorável, e a gestão da UC tem méritos por isso. Pois teve a sensibilidade de trazer um curso de IA para os condutores de visitantes do Parque, mas também de engajar os envolvidos para a realização de outro processo, que foi o PI. Assim, tiveram o que era necessário para a elaboração do PI: aproximação dos atores locais, engajamento e recurso. Com isso, a gestão da UC investiu esforço político para que o Parque pudesse realizar o PI, aproveitando as oportunidades para qualificar a IA na UC, além de contar com os técnicos que vieram e ajudaram a proporcionar as oficinas.

De forma geral, houve bastante engajamento da parte dos colaboradores participantes e foi unanimidade que todos se sentiram ouvidos e com liberdade e espaço para se colocarem nas oficinas. Entretanto, percebemos que houve um sentimento de falta de um melhor

entendimento dos colaboradores nas oficinas sobre a IA. Uma sugestão seria um curso de capacitação de IA antes das oficinas e com todos os colaboradores que irão participar delas, para que a proposta do PI em si seja mais bem aproveitada, tanto para as pessoas quanto para o resultado final.

Outro ponto importante foi o entendimento de que, para a realização das oficinas do PI, dois dias oficiais foram muito pouco. Apesar de proveitosos, esse período foi considerado insuficiente para se trabalhar algo tão esperado e importante como a IA do Parque. Para isso, pode-se pensar, por exemplo, numa carga horária mais ampla de oficinas, mas também incluir outros momentos.

Foi nítido, também, o entendimento de que seria importante ter envolvido mais pessoas da comunidade de Caravelas nas oficinas do PI, como as associações locais, as pessoas da cultura e os extrativistas da RESEX de Cassurubá. A explicação para isso é que poderia ter tido mais contribuição do conhecimento local e promoção do sentimento de pertencimento das pessoas locais com o Parque. Contudo, ao mesmo tempo, isso é um pouco contraditório, porque também foi falado que processos participativos são complexos e complicados. Portanto, é um consenso que incluir mais as comunidades do entorno do Parque nesses processos é importante; porém, também consideram que esses processos envolvendo muitas pessoas dificultam os resultados.

Apontar essa contradição é importante para o trabalho, porque nos mostra que ainda é preciso que os métodos participativos sejam desenvolvidos de forma a serem mais simples e produtivos, mesmo com muitos indivíduos participando. Sugere-se, então, mais eficiência dentro desses encontros e processos, ou seja, um aprimoramento dos órgãos competentes em metodologias participativas, para que possamos incluir cada vez mais as pessoas nos espaços de decisão desses territórios, mas de forma mais eficiente. Além disso, proporcionarmos mais possibilidades de aprendizagens e experiências para os facilitadores do processo, bem como estimular que sejam elaborados por equipes multidisciplinares, que trabalhem com uma visão holística e por meio da EA crítica.

Como apresentado no texto, há certo distanciamento histórico da comunidade local com o Parque e vice-versa, mas uma das possibilidades que o PI poderia ter aproveitado é proporcionar este tipo de iniciativa na cidade, promovendo eventos em locais fora de territórios sob gestão do Parque, e organizando encontros e a divulgação nas comunidades.

Teria sido importante informar as pessoas que não participaram do PI da ocorrência das oficinas e do próprio PI, como meio de aproximação de pessoas que não foram convidadas e que, talvez, não tenham nenhuma relação com o Parque. Além do mais, lugares “neutros” podem atrair mais pessoas e fazer com que elas se sintam mais à vontade para se expressarem e participarem. Por isso, é importante que as ações sejam bem divulgadas, pois, como relatou um colaborador, “não podemos permitir que o mal esteja nas redes (mídias) o tempo todo e as boas ações fiquem caladas. Temos que espalhar o bem”, demonstrando a importância do processo, mas a relevância de ele ser melhor comunicado.

Entretanto, também foi notado que há uma parcela da comunidade mais resistente; mesmo tendo sido convidados a participar deste tipo de ação, não comparecem. Isso faz com que, na maioria das vezes, educadores falem com educadores, conservacionistas falem com conservacionistas, e assim sucessivamente. Conseqüentemente, fazendo com que não haja propagação das ações e das informações multidisciplinares, o que dificulta a sensibilização, a conscientização, a educação e a transformação social.

Logo, isso é reconhecido como um grande desafio, ou seja: como envolver mais a comunidade local e atraí-la para este tipo de evento e política pública? Uma possibilidade é promover a participação de mais jovens nessas ações, pois é preciso encontrar e investir em novas lideranças, com força e potência para ajudar a espalhar os resultados e as provocações desses encontros; são eles que darão continuidade às ações do presente.

Em todo caso, outro fato que afeta as pessoas locais é um histórico de muitas ações e projetos do tipo que ficam sem continuidade no território, seja por falta de recursos, de interesse, ou por outro motivo. Isso afeta consideravelmente o engajamento das pessoas, sendo um fator desmotivador para que elas participem de novas possibilidades. Por isso, focar na continuidade e ações desses projetos pode ser importante para garantir o engajamento dessas pessoas.

Outro ponto constatado nesta análise foi que houve falha na “devolutiva” do PI, ou seja, após as oficinas, muitas pessoas não escutaram mais sobre as ações do PI, tampouco houve um trabalho de avaliação dos produtos após as oficinas. Entre os colaboradores, nem sequer se sabe se houve continuidade do processo, apesar de demonstrarem vontade para isso.

No mais, sentiram falta de ver os resultados em campo: para eles, enxergar essa materialização das ações é essencial, pois pode trazer estímulo e sentimento de dever cumprido, além da sensação de que o esforço não foi em vão, mas sim que o esforço coletivo foi primordial para o resultado final da proposta. Dessa forma, concluiu-se que a discussão e a finalização do processo do PI poderiam ser melhoradas.

Por fim, percebe-se que, apesar da participação ser algo que deve ser aprimorado, o surgimento desses espaços participativos em UCs, como do PARNAMAR dos Abrolhos, pode e deve favorecer o engajamento das pessoas locais com as questões da UC. Assim, estarão agindo tanto para a melhoria nas condições de vida das pessoas quanto para a conservação da natureza.

No terceiro objetivo deste estudo, ao analisar se o PI foi capaz de criar oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica dos participantes, percebemos que a metodologia utilizada nas oficinas foi bem focada na “provocação”, destacando a atuação das ações na questão emocional. Nesse sentido, a equipe técnica ampliada de IA, juntamente com a gestão da UC local, foram muito bem avaliadas neste sentido, sendo frequentemente elogiadas pelos entrevistados.

Houve um entendimento de que as pessoas precisam se sentir parte do Parque e de seus objetivos; precisam participar de ações como o PI e ser ouvidas. Mesmo assim, não será uma ou outra atividade que vai sensibilizar e transformar as pessoas em sujeitos com capacidade crítica de reflexão e ecológicos. Apesar das críticas nesse sentido, elaborar o PI do PARNAMAR dos Abrolhos permitiu um acesso de sensibilização, mesmo que pontual e momentâneo, dos participantes.

Isso já era esperado, conforme os relatos da equipe técnica ampliada de IA, que confirmaram que este processo não está vinculado com processos educativos profundos, pois se entendem como estratégias distintas, tendo até equipes distintas para cada uma das atividades, IA e EA. No entanto, o entendimento é que, ao desvincular o PI com o caráter educativo profundo e não estimular a construção de uma consciência crítica, perde-se uma ótima oportunidade para questionar valores e princípios da sociedade e, assim, construir sujeitos éticos e políticos.

Portanto, esse PI não está de acordo com as mudanças que precisamos, voltadas para a edificação de sociedades sustentáveis. Nessa perspectiva, é preciso pensar um processo longo, contínuo e estável nas ações, participações e momentos democráticos; para isso, o PI deve se alinhar a outras políticas públicas, como a EA. Então, propõe-se a IA como uma ferramenta da EA crítica balizada nos princípios do Tratado de EA (BRASIL, 2012).

Como observado no trabalho de Mello-Affonso *et al.* (2022), para que a IA seja uma ferramenta que auxilie na grave crise socioambiental planetária que enfrentamos, é preciso que ela esteja alinhada aos princípios da EA crítica, ou seja, tenha uma percepção holística das “coisas” mundanas. Dessa maneira, a IA poderia se configurar como um importante instrumento de formação cidadã, estimulando as pessoas locais e os visitantes a assumirem uma postura política mais ativa na defesa dos espaços naturais; fortalecendo uma transformação paradigmática capaz de melhorar a relação dos seres humanos com a natureza.

Além do mais, por fazer parte do órgão gestor da PNEA, espera-se que o MMA se oriente pelas diretrizes do Tratado de EA (BRASIL, 2012) para ações e programas institucionais, o que inclui atividades voltadas para o uso público de UCs, como os PIs. Desse modo, uma vez que a IA seja tratada como uma ferramenta da EA crítica e balizada nos princípios do Tratado (2012), ainda, assumindo a busca por mudanças radicais, conforme recomenda Acosta (2019), ela será uma potente ferramenta para auxiliar os objetivos das UCs e a construção de um novo mundo.

Apesar de considerar que houve riqueza de dados e resultados relevantes, no sentido de responder a problemática proposta, a pesquisa teve algumas limitações que precisam ser consideradas. Primeiramente, é preciso ressaltar que tanto o período da pesquisa como parte do período de implementação do PI da UC foram bem complexos, por conta da pandemia da COVID-19. Em segundo lugar, as entrevistas não foram realizadas com todos os atores colaboradores, o que traria maior riqueza de dados. Por ser uma pesquisa qualitativa, que buscou profundidade, optou-se por fazermos

divisão dos colaboradores entre os setores da sociedade e definiu-se os entrevistados buscando representatividade, conforme explícito no tópico 2. Finalmente, algo que nos chamou atenção foi a fraca memória dos entrevistados em relação ao objeto de pesquisa – o processo de elaboração do PI, havendo possível confusão em alguns momentos das entrevistas; isso ocorria quando os entrevistados abordaram ações do Parque e projetos de maneira geral, se desvinculando do objeto específico de estudo e, algumas vezes, confundindo os processos, práticas e políticas públicas.

Outro ponto importante a destacar é que este estudo, uma vez que teve foco na elaboração do PI, nas oficinas e em todo o contexto que envolveu a comunidade local, não teve como objetivo aprofundar-se na etapa de aplicação do PI. Ou seja, como vem sendo implementado este PI? Como as mensagens finais estão chegando aos visitantes do Parque? Quais métodos, qual frequência, e qual abordagem que os guias, as empresas e os funcionários do Parque estão utilizando para passar as informações aos visitantes, fazendo com que a IA tenha um início, meio e que chegue aos turistas - que serão (ou não) sensibilizados e responsáveis por passarem as mensagens e aprendizados adiante?

Observou-se, por exemplo, que, atualmente, não há obrigatoriedade de se passar pelo CV do Parque ao visitar o arquipélago. Neste sentido, imagina-se perder uma ótima oportunidade de utilizar um espaço para sensibilizar e educar os visitantes e facilitar a imersão nos seus objetivos? Será que não se perde uma estratégica oportunidade de fazer com que os turistas cheguem, pelo menos, um dia antes da ida para o Parque e conheçam melhor a cidade de Caravelas e sua cultura, trazendo, inclusive, benefícios econômicos para a cidade, por exemplo? Desta forma, este estudo sugere que todas essas questões, e outras, podem e devem ser abordadas em outro trabalho, para que haja uma visão mais ampla e completa do que envolve a IA e o PI do Parque.

Para finalizar, sugere-se que haja o acompanhamento da implementação do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, bem como de novos PIs que poderão surgir. Por ser um tema novo no Brasil, e um processo que ainda tem muito potencial para adaptações e melhorias, recomenda-se a realização de estudos voltados para a participação social nestes processos. Além disso, propõe-se o estímulo às posturas individuais e coletivas; a revisão e a coerência entre o que se diz e o que se faz em relação às nossas culturas históricas e tradições; e a sensibilização das populações, para que constituam Conselhos populares de Ação Ecológica, Gestão do Ambiente e qualidade de vida, visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

Por fim, assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem, em seu cotidiano, a questão ecológica. Isto só para citar alguns dos princípios da EA crítica (BRASIL, 2012) que podem nos ajudar na capacidade de formação de pessoas mais críticas e conscientes. Assim, o PI poderá ser considerado uma ferramenta de transformação e que atue nos desafios da conservação social, ecológica e planetária, contribuindo, assim, com a transição para Sociedades Sustentáveis.

Notas:

- ¹ Plano Interpretativo remete-se a um plano ou projeto de interpretação ambiental.
- ² O 1º é formado pelo Governo, o 2º pelas empresas privadas, e o 3º são as associações sem fins lucrativos.
- ³ Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade.
- ⁴ A Conservação Internacional (CI-Brasil) é uma organização brasileira sem fins lucrativos, criada em 1990, que trabalha para garantir um planeta saudável e produtivo para todos.
- ⁵ Zona de Amortecimento se refere às áreas localizadas no entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade, como definida pelo artigo 2º, inciso XVIII da Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000).
- ⁶ É o instrumento básico a fornecer diretrizes para a conservação dos recursos naturais contidos na Unidade.
- ⁷ É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna, ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo.
- ⁸ Ministério do Meio Ambiente.
- ⁹ Instrução Normativa nº 08/2008.
- ¹⁰ Instrução Normativa nº 02/2016.
- ¹¹ Apresentação de Pedro de Castro da Cunha e Menezes - Coordenador Geral de Uso Público e Negócios – ICMBio

Referências

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 264p.
- BARROS, J. G. R. Abr'olhos! As Faces de um Paraíso Sacralizado: A Relação entre o Parque Nacional Marinho Dos Abrolhos e as Comunidades Pesqueiras de Caravelas, BA. **Anais** do XXIX Simpósio Nacional de História, 29, Brasília, 2017. 9p.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Ed. **Vozes**, 2002. 516p.
- BERCHEZ, F. *et al.* Projeto Trilha Subaquática: sugestão de diretrizes para a criação de modelos de educação ambiental em unidades de conservação ligadas a ecossistemas marinhos. **OLAM Ciência & Tecnologia**, v. 7, n. 3, p. 181-209, 2007.
- BRASIL. **Decreto 84.017**, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D84017.html>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília – DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto 5758**, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Parna dos Abrolhos publica Plano Interpretativo**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/parna-dos-abrolhos-publica-plano-interpretativo>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 115**, de 12 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Abrolhos, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/283812197/dou-secao-1-14-02-2020-pg-87>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 14**, de 18 de março de 2022. Anula a Portaria IBAMA nº 39, de 16 de maio de 2006, que definiu os limites da Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=138976>> Acesso em: 10 Nov. 2022.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 225-256.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Abrolhos Terra e Mar**. Disponível em: <<https://www.conservation.org/brasil/onde-trabalhamos/abrolhos-terra-e-mar>> Acesso em: 03 Jul. 2022.

CREADO, E. dos S. J.; FERREIRA, L. da C. O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. **Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, n. 1, p. 1 – 20, 2011.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. 3ª. Edição. Porto Alegre: Penso Editora, 2014. 342p.

DE LUCA, A. Q.; LAGAZZI, S. M. Uma análise de discurso materialista do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e

responsabilidade global. **Cadernos De Estudos Lingüísticos**, v. 58, n. 1, p. 153-166, 2016.

FALLON, L. D.; KRIWOKEN, L. K. Community involvement in tourism infrastructure—the case of the Strahan Visitor Centre, Tasmania. **Tourism Management**, v. 24, n. 3, p.289-308, 2003.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos** / IBAMA FUNATURA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1991. 124p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. 85p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018a. 71p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018b. 94p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, v. 340, p. 1990, 1999. 337p.

LIMONT, M.; FISHER, D. Gestão participativa em unidades de conservação. *In*: DICK, E.; DANIELE, M. A.; ZANINI, A. M. **Gestão participativa em unidades de conservação: uma experiência na Mata Atlântica**. 1ª. ed. Rio do Sul: APREMAVI, 2012. 71p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MARQUES, P. H. D. Abra os Olhos para o Banco dos Abrolhos: Percepção Ambiental, Territorialidade e Conflitos na Ótica da Pesca Artesanal de Caravelas a Nova Viçosa, Bahia, Brasil. 2020. **Dissertação** (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Porto Seguro, 2020. 131p.

MELLO-AFFONSO, G. U. de; COSTA-PINTO, A. B.; ALVES, D. D. P. Interpretação Ambiental e Educação Ambiental Crítica no Ecoturismo: Definindo Critérios para Analisar o Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Submetido e aceito para publicação na **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, V.17, n.4, pp.167–19, 2022.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Coleção: Áreas Protegidas do Brasil. Brasília: Secretária de Biodiversidade e Florestas, 2006. 61p.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de uso público para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2003. 158p.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MURTA, S.M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. *In*: MURTA, S.M.; ALBANO, C. (org). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p.13-46.

NEIMAN, Z. A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza. 2007. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 233p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-19062008-085321/publico/Neiman_do.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

OECO. **Abrolhos: Em busca da faixa de proteção perdida**. 2022. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/abrolhos-em-busca-da-faixa-de-protecao-perdida/>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PEDRINI, A. de G.; MESSAS, T. P.; PEREIRA, E. da S.; GHILARDI-LOPES, N. P.; BERCHEZ, F. A. Educação ambiental pelo ecoturismo numa trilha marinha no Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, n. 3, p. 428-459, 2010.

POWELL, R. B.; STEPHEN, R. K.; SAM, H. H. Antarctic tourists: ambassadors or consumers?. **Polar Record**, v. 44, n. 3, p. 233-241, 2008.

Quintas, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: Uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. *In*: LAYRARGUES, P. P. (ed.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p. 113-140.

SCHUMACHER, L.; RODRIGUES, C. Turismo de Base Comunitária na Área de Proteção Ambiental Guapi–Mirim: Uma Proposta de Guia de Campo para a Interpretação Ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 3, 2020.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 4^a ed. North Carolina: Chapel Hill, 2007. 224p.

XIMENES, S. S. F. Interpretação ambiental em unidades de conservação e a perspectiva crítica da educação ambiental: possibilidades para o planejamento e monitoramento. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica. 2015. 98p.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 2^a. ed Porto Alegre: Bookman, 2001. 199p.

ZAÚ, A. S. A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n. 2, p. 290-321, 2014.

Gustavo Uchoa de Mello-Affonso: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

E-mail: gustavo.uma@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7810208846384218>

Daniel Durante Pereira Alves: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

E-mail: durante10@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0105245515649663>

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto: Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, BA, Brasil

E-mail: alessandra.nupeea@csc.ufsb.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2365706051026225>

Data de submissão: 17 de setembro de 2022

Data de recebimento de correções: 10 de outubro de 2022

Data do aceite: 01 de novembro de 2022

Avaliado anonimamente